

Bruxelas, 07/10/2010
C/2010/ 6896

Senhor Presidente,

Agradeço a carta de Vossa Excelência de 1 de Julho de 2010 na qual transmite à Comissão Europeia o parecer da Assembleia da República portuguesa, muito interessante e virado para o futuro, sobre o pedido de adesão da Islândia à União Europeia {COM(2010) 62}.

A Comissão Europeia congratula-se com a decisão do Conselho Europeu, do passado mês de Junho, de encetar negociações de adesão com a Islândia. Esta decisão constitui um sinal muito claro de que a Islândia tem um lugar na União Europeia e de que estão reunidas todas as condições para lançar o processo de adesão.

Desde então, os preparativos para a adesão foram acelerados, com a adopção do Quadro de Negociação e a abertura formal das negociações de adesão por ocasião da primeira Conferência Intergovernamental com a Islândia, em 27 de Julho. O Quadro de Negociação estabelece as linhas de orientação gerais para as negociações de adesão e enuncia as reformas que a Islândia deverá implementar para aderir à UE.

Além disso, o exame analítico, que consiste numa avaliação da conformidade com o acervo por parte da Islândia, deverá ter início este Outono e terminará na Primavera de 2011. Em conformidade com o consenso renovado sobre o alargamento, adoptado em Dezembro de 2006, a Comissão irá examinar, numa fase inicial, os capítulos mais importantes que, no caso da Islândia, são as pescas, a agricultura, os serviços financeiros e o ambiente. A Comissão aplicará à Islândia o mesmo método que aplica a qualquer outro país candidato e avaliará o seu grau de preparação para a adesão com base no princípio do mérito próprio.

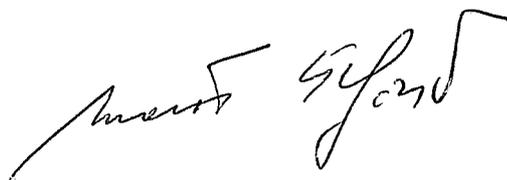
A Comissão corrobora a avaliação da Comissão de Assuntos Europeus no que respeita aos principais desafios enfrentados pela Islândia no seu processo de adesão à União Europeia. A este respeito, congratulamo-nos com o facto de a Islândia ter tomado algumas medidas para alterar as regras vigentes em matéria de nomeação dos magistrados e resolver o problema dos conflitos de interesses na vida pública islandesa. A aplicação firme do quadro anticorrupção e a independência efectiva do poder judicial devem, no entanto, ser plenamente asseguradas.

*Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República
Dr. Jaime José Matos da Gama
Palácio de S. Bento
P - 1249-068 Lisboa*

A Comissão concorda inteiramente com a necessidade de encontrar uma solução mutuamente satisfatória para o sector das pescas. Em conformidade com o consenso renovado sobre o alargamento de 2006, a Comissão realizará, no decurso das negociações de adesão, uma avaliação de impacto sobre a participação da Islândia na política comum das pescas. No que se refere à caça da baleia, o parecer menciona no capítulo relativo ao ambiente que a Islândia autoriza a caça de baleias, que tal prática não é conforme com o acervo e que será preciso tomar as medidas necessárias para a protecção destes cetáceos. Tudo indica que a interdição da caça comercial de baleias será uma questão difícil nas futuras negociações de adesão..

O primeiro relatório sobre os progressos realizados pela Islândia em matéria de preparação para a adesão estará disponível em Novembro. O relatório avaliará as medidas adoptadas pelas autoridades islandesas para ter em conta as recomendações constantes do parecer. O relatório prestará especial atenção às recomendações mais problemáticas salientadas pelo Parlamento a que V. Ex.ª preside e indicará claramente quais as questões prioritárias que deverão continuar a ser analisadas.

Em nome da Comissão Europeia, gostaria de agradecer aos Senhores Deputados da Assembleia da República o interesse e o apoio demonstrados relativamente ao pedido de adesão da Islândia à União Europeia.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'M. G. G. G.', is positioned in the lower right quadrant of the page.